



**Resumo:** o presente artigo discute alguns processos responsáveis pela expansão do vocabulário de uma língua; em particular, processos que criam novas unidades primitivas (isto é, *raízes*) que, por sua vez, darão origem a novas famílias de palavras. Especificamente, eu vou argumentar que os processos de formação de raízes recaem em dois grupos, a saber, *reanálise* (quando há reinterpretação no *status* de uma dada unidade linguística) e *encapsulamento* (quando sons externos à língua se tornam unidades linguísticas). Em síntese, a proposta deste trabalho é apresentar ao leitor quais são as diferentes estratégias que os falantes usam para criar as unidades que darão origem a novas palavras.

### **Introdução: “Será que essa palavra existe?”**

Um dos fenômenos mais fascinantes das línguas naturais, e que também é um dos que mais desperta a curiosidade e o interesse dos falantes, são os processos de formação de palavras. Quem de nós, ao proferir ou ouvir uma palavra nova, nunca se perguntou: “essa palavra existe?” Esse tipo de questionamento ocorre porque a nossa capacidade de criar e reconhecer palavras novas está sempre ativa, ela faz parte do nosso conhecimento linguístico internalizado, que é intuitivo e, em larga medida, inconsciente. Para pensar em um exemplo concreto, como chamaríamos, no português do Brasil, uma pessoa que tem como emprego a tarefa de levar cães para passear? Dentre as opções possíveis, mais cedo ou mais tarde, chegaríamos à expressão “*passeador* de cães”. Mas essa palavra existe?

A incerteza sobre a existência de uma palavra pode ter duas razões principais. A primeira delas é o emprego de uma palavra comum com um sentido diferente do usual, como

*passador*. Morfologicamente, essa palavra é composta pela raiz  $\sqrt{\text{pass}}$  — seu *conteúdo lexical*; um morfema verbalizador *-e-* seguido da vogal temática verbal *-a-*, que indicam que esse substantivo é derivado de um verbo; e o sufixo nominalizador *-dor*, que indica que o substantivo formado é agentivo.

Podemos dizer que, com pouco ou nenhum estranhamento, *Pedro anda muito passeio* se referindo ao fato de que Pedro está envolvido em uma série de eventos de passear; isto é, que Pedro passeia bastante. Em termos mais técnicos, diríamos que *passador* designa um agente do verbo *passear* no seu sentido intransitivo (assim como *viajador* para *viajar*, *falador* para *falar*). Nessa visão, a estranheza inicial que alguns falantes têm com *passador de cães* é a de que, nessa expressão, *passador* designa o agente de *passear* no seu sentido transitivo (ou “causativo”, como diriam os linguistas), que poderia ser parafraseado por “fazer os cães passearem”.

A segunda razão para a estranheza de uma palavra vem não do seu significado, mas de uma combinação “inovadora” de suas partes constitutivas (isto é, de seus morfemas). Um caso recente, conhecido dos brasileiros, é o da palavra *imexível*, que, apesar de ser composta por unidades usuais da língua, foi alvo de repercussão — dentre outros motivos — pela maneira “não usual” como essas unidades foram combinadas para formar o novo vocábulo<sup>1</sup>.

Naturalmente, não criamos palavras novas o tempo todo. A maioria das palavras que nós usamos no dia a dia — principalmente nas situações espontâneas, como em uma conversa com familiares e amigos — não são palavras “novas”; são palavras que ouvimos e falamos desde a infância, que já fazem parte do vocabulário usual da nossa comunidade linguística e que, normalmente, já estão “institucionalizadas” — isto é, dicionarizadas.

De todo modo, quando falamos da criação de palavras, há uma série de questões de ordem gramatical que mostram não apenas a complexidade desse fenômeno, mas também o quão interessante é estudar o vocabulário de uma língua. Dentro do conjunto de questões de ordem gramatical, este breve artigo se detém em uma pergunta específica que versa sobre como surgem, na língua, as unidades primitivas para a formação de novas palavras, isto é, uma raiz — a menor unidade morfológica, que carrega o significado nuclear da palavra. Dito de outro modo, os processos de formação de palavras operam sobre uma combinação nova de unidades primitivas (dentre as quais estão as raízes) ou sobre a atribuição de um novo significado a uma combinação já conhecida.

Assim, a expansão vocabular se dá tanto por meio de processos de formação de palavras a partir de unidades já existentes quanto da emergência de novas raízes. Nesse cenário, a pergunta deste artigo é: como a língua expande seu inventário de raízes? Trata-se de uma questão sutil, que é anterior — mas também paralela — ao problema geral de como e por que surgem palavras novas, um fenômeno que metaforicamente eu vou chamar de “*Big Bang* vocabular”.

---

<sup>1</sup> A palavra foi cunhada pelo então ministro do trabalho do governo Fernando Collor de Melo, Antônio Rogério Magri, durante uma entrevista coletiva em Brasília logo após o anúncio do plano Collor em março de 1990. Afirmou que os salários e os direitos dos trabalhadores seriam “imexíveis”.

## Expansão vocabular: processos de formação e formação de processos

Para um linguista, os conceitos de “palavra” e “palavra nova” nem sempre estão isentos de controvérsia. Seja como for, meu interesse nesta discussão é o de como separar “processos de formação de palavras”, no sentido de juntar unidades existentes na língua em diferentes combinações ou com diferentes significados, de “processos de formação de palavras” que envolvem a criação de novas raízes. Um exemplo claro dessa diferença pode ser visto em casos recentes de cruzamento vocabular, como *crepioca* ou *sorvetone* — o mesmo processo responsável pela criação de *portunhol* e *brasiguai*. Com esses casos, estamos diante de “palavras novas” (às vezes, chamadas de “neologismos”), mas não de novos primitivos de formação.

Especificamente, as raízes  $\sqrt{\text{sorvet}}$ , e  $\sqrt{\text{paneton}}$ , já fazem parte do vocabulário do português, mas a palavra *sorvetone* pode ser considerada um neologismo — o mesmo raciocínio se aplica a  $\sqrt{\text{crep}}$  e  $\sqrt{\text{tapioc}}$ , que compõem o neologismo *crepioca*. Nesse sentido, processos de formação de palavras são posteriores à emergência de novas raízes, e não é necessária uma nova raiz para se criar uma nova palavra. Os processos de formação de palavras são bastante conhecidos e já foram observados não apenas por muitos linguistas, mas também por muitos gramáticos; são eles: sufixação (*beijação*), composição (*mata-moscas*), parassíntese (*acalmar*) etc.

A questão de meu interesse nesse fenômeno é a de quais são os processos de formação de novas raízes, os quais, por sua vez, criarão unidades disponíveis para processos de formação de palavras. Vou propor que esses processos sejam *reanálise* e *encapsulamento*. Cada um deles será apresentado e discutido a seguir. Em síntese, a ideia é mostrar que existem processos de formação de palavras que operam sobre unidades da língua (raízes ou palavras) já existentes e processos que são responsáveis por expandir o inventário de raízes, isto é, das unidades básicas de combinação — daí o título “grau zero de formação de palavras”. Ao fim e ao cabo, ambos os processos são responsáveis pela criação de novas palavras e, portanto, pela expansão do vocabulário de uma língua.

### ***Reanálise: quando 6 não é meia dúzia***

A reanálise pode ser caracterizada como um processo em que unidades linguísticas já existentes podem ser *reanalisadas* como novas unidades e, daí, constituírem novos padrões de formação vocabular, com novos significados. O caso mais conhecido são os empréstimos. Quando importamos material linguístico estrangeiro à nossa língua, nós o acomodamos nas estruturas disponíveis do nosso sistema linguístico e, não raramente, lhe atribuímos novos significados.

O português brasileiro faz um uso muito produtivo de empréstimos de línguas como o inglês (*cowboy*), o francês (*ménage*), o latim (*status*) e o grego (principalmente na prefixação, como *pansexual*, ou em compostos, como *criptomoeda*), para citar os exemplos mais conhecidos, e incorpora, em seu sistema linguístico, uma série de unidades que, depois de alguns processos de adaptação (às vezes recobertos pelo termo “aportuguesamento”), passa a compor o inventário de *primitivos lexicais* do português.

De maneira despretensiosa, ouvimos e dizemos que emprestamos palavras. Mas será que as unidades alvo de empréstimo são mesmo *palavras*? Façamos uma breve reflexão: uma palavra é uma unidade que tem uma categoria (isto é, pertence a uma *classe de palavra*, como *verbo*, *substantivo*, *adjetivo* etc.), tem uma pronúncia preestabelecida e tem um significado específico (*gato* designa um animal doméstico que mia). Contudo, quando olhamos com atenção para os itens que, de fato, tomamos de outras línguas, percebemos que nem sempre herdamos itens com (todas) as propriedades que associamos a (ou esperamos de) uma palavra.

Por exemplo, *bad* ('mau'), em inglês, é um adjetivo, mas, em português, essa palavra não se comporta da mesma forma; dizemos "estar na *bad*", expressão na qual temos um substantivo do gênero feminino — além de uma adaptação na pronúncia: <bédi>. O mesmo raciocínio se aplica a *after* que, em inglês, é uma preposição, mas, em português, é um substantivo que se refere a uma festa menor e mais informal, que ocorre depois do evento festivo principal. Em síntese, por conta da mudança de categoria (e da pronúncia), não podemos dizer que estamos emprestando uma *palavra* do inglês.

Também não estamos emprestando palavras quando o item importado sofre alteração expressiva no seu significado; às vezes, um significado indisponível na língua provedora. Este é o caso, por exemplo, de *notebook*, do inglês, que, pelo menos, no seu uso moderno, significa "caderno", mas, em português, designa um computador portátil. Outro exemplo é *box* que, em inglês, significa "caixa", mas, em português, se refere a um compartimento fechado no banheiro, que contém o chuveiro. O que esses exemplos mostram é que não estamos, na verdade, importando palavras, mas sim raízes, que, na língua receptora, acabam associadas a outros significados e a outras categorias.

Outro argumento para afirmar que não estamos importando palavras, mas sim raízes, é o fato de que um dado item, quando importado, passa a receber propriedades gramaticais da língua receptora e não mantém as propriedades da palavra na língua provedora. Bons exemplos disso são as palavras *mouse* do inglês ou *corpus* e *campus* do latim. Em inglês, a palavra *mouse* ('rato') tem um plural irregular, *mice*, que não é transferido para o português — língua em que o plural é *mouses*. Portanto, a raiz  $\sqrt{mous}$  — ou como quer que queiramos representá-la ortograficamente — foi *reanalisada* em português e, assim, só pode receber marcas de plural disponíveis nessa língua.

O mesmo raciocínio se aplica a *campus* ('campina') e a *corpus* ('corpo') que, em latim, tinham respectivamente as formas de plural *campi* e *corpora*. Embora a norma-padrão prescreva que usemos as formas latinas de plural, os brasileiros, em sua fala espontânea, dirão *os campus* e *os corpus*, pois, em português, substantivos não oxítonos terminados em <us> são invariáveis para número; isto é, não recebem flexão de plural, como *o/os óculos*, *o/osônibus*.

Admitindo, então, que a importação tenha como alvo raízes e não palavras, o processo de reanálise, nesse domínio, ocorre quando uma dada unidade morfologicamente complexa (isto é, que é formada por uma raiz + algum morfema gramatical ou outra raiz) é importada como sendo uma única unidade. Exemplos conhecidos do inglês são o recém-mencionado *notebook* (*note* + *book* = "livro de notas") e *outdoor* (*out* + *door* = "fora da porta"), bem como *dejavu* (*déjà* + *vu* = "já visto") do francês. Nesses casos, uma palavra constituída por duas raízes (isto é, um *composto*) é importada como se fosse uma única unidade. Nesse sentido, para além da adaptação da pronúncia, da categoria e do significado, é possível falar na adoção

de novas “unidades”, como  $\sqrt{\textit{notebook}}$ ,  $\sqrt{\textit{outdoor}}$  e  $\sqrt{\textit{dejavu}}$ , inexistentes na língua provedora como tais.

Essas novas “unidades” eram originalmente um composto, mas, no processo de importação, sofreram uma adaptação que lhes causou uma “perda de identidade”, expressa na mudança no tipo de morfema que caracteriza tal unidade, da língua provedora para a língua receptora. Isso se dá não apenas com compostos, mas também com palavras sufixadas como *shopping* (*shop* + *ing* = “de compras”) ou *feeling* (*feel* + *ing* = “sentimento”). Para falantes de português, *shopping* e *feeling* não são palavras sufixadas; no nosso sistema linguístico, trata-se das unidades primitivas  $\sqrt{\textit{shopping}}$  e  $\sqrt{\textit{feeling}}$ .

Um último exemplo de reanálise no domínio dos empréstimos exhibe o mecanismo contrário: o sistema linguístico do português atribui a palavras importadas morfemas que não existem na língua provedora, como *gueixa* que, em japonês, é um composto (*gei* + *sha* = “arte + profissional”), significando basicamente “artista” — sem morfologia flexional ou derivacional. Contudo, quando incorporado ao português, o <a> final foi reinterpretado como um morfema de gênero feminino (podemos inclusive dizer “gueixo”), uma possibilidade indisponível para o japonês, que não tem esse tipo de oposição de gênero.

Pondo de lado esses casos, pode haver reanálise com unidades da própria língua, as quais, por sua vez, levarão à emergência de outras famílias de palavras. Esses exemplos podem ser tanto de reanálise de forma (do tipo apresentado para os empréstimos) quanto do “tipo” de morfema, e eu vou tratá-los como casos de *recomposição lexical*. Para entender esse mecanismo, façamos outra breve reflexão.

Um dos fatos mais naturais e mais evidentes sobre as línguas naturais é o de que elas mudam. A mudança linguística é lenta, gradual e, na maioria das vezes, não é percebida pelos falantes; não há rupturas drásticas entre estágios da mesma língua, assim como não há linhas divisórias rígidas entre diferentes variedades (ou dialetos) dentro de uma mesma língua. Isso quer dizer que ocorrem paulatinamente mudanças sutis no sistema, e algumas dessas mudanças têm como alvo processos de formação de palavras ou a “identidade” de um morfema.

Um ótimo exemplo disso é do grupo de verbos terminados em *-duzir* em português, derivados do verbo latino *duco* (“conduzir”), a saber, *induzir*, *deduzir*, *conduzir*, *reduzir*, *introduzir* e *abduzir*. Embora os julgamentos possam divergir de falante para falante, é bem provável que a maioria dos falantes do português do Brasil ainda reconheça nessa família de palavras uma raiz  $\sqrt{\textit{duz}}$ , combinada com prefixos recorrentes, como *in-*, *re-* etc. Mas o que dizer de *produzir*? Qual será a raiz reconhecida pelos falantes do português atual? É possível que alguns falantes ainda reconheçam  $\sqrt{\textit{duz}}$ , assim como é possível que haja falantes que identifiquem como raiz uma nova unidade,  $\sqrt{\textit{produz}}$ .

Este é o caso prototípico de reanálise. Os falantes não são mais capazes de reconhecer — sem treinamento em Linguística ou sem informações etimológicas — como era uma dada raiz no passado, porque contemporaneamente sua “identidade” mudou. É possível que *produzir* esteja em um estágio intermediário entre, de um lado, os verbos recém-listados, ainda reconhecíveis como derivados de  $\sqrt{\textit{duz}}$ , e, de outro, verbos como *traduzir* e *seduzir*, que, apesar de etimologicamente também serem derivados de *duco*, não são mais

reconhecíveis como tendo a raiz  $\sqrt{duz}$ , mas sim  $\sqrt{traduz}$ , e  $\sqrt{seduz}$  — o que pode ser resultado da discrepância de significado, mas também do fato de que *tra-* e *se-* não são prefixos conhecidos no português atual.

Assim, ainda que o julgamento sobre o grau de “parentesco” dessas palavras possa variar contemporaneamente entre os falantes, é possível admitir que os verbos terminados em *-duzir* não estão todos em “pé de igualdade” quanto a preservarem sua “identidade latina” (isto é, a raiz  $\sqrt{duz}$ ) ou a constituírem uma nova raiz. Ainda assim, podemos admitir, pelo menos em alguns casos, que houve um processo de reanálise nos termos recém-definidos.

A reanálise que altera o “tipo de morfema” (isto é, a *categoria morfológica*) de uma unidade também é produto da mudança linguística; nesse caso, pode haver a transformação de um morfema gramatical (como um prefixo) em um morfema lexical (isto é, uma raiz). O português brasileiro tem dois bons exemplos desse caso. O primeiro é o do prefixo *auto-* (do grego *autós*), que tem um significado gramatical, com interpretação “reflexiva”, observado em *autobiografia* e *autógrafo*, mas também *autoimagem*, *autoanálise*, *autorreflexão* etc.

O interessante é que esse prefixo na palavra *automóvel* (= “aquilo que se move por conta própria”) foi reanalisado como sendo não um morfema gramatical, mas sim um morfema lexical que significa “carro”; daí surgirem palavras como *autódromo*, *autoescola*, *automecânica* etc. A palavra *autoescola*, por exemplo, não significa “algo que é escola de si mesmo”; nesses exemplos, a raiz (que carrega o conteúdo lexical) é, na verdade,  $\sqrt{auto}$ , fazendo com que *autopeças* seja um caso de composição; isto é, uma palavra com duas raízes.

O outro caso de recomposição lexical por mudança de categoria é *homo-* (do grego *homós*), que originalmente era um prefixo com significado gramatical de “igual, mesmo”; daí *homonímia*, *homogêneo* etc. Porém, a partir da palavra *homossexual* (= “mesmo sexo”), *homo-* foi reanalisado como uma raiz, cujo significado é basicamente “gay” ou “lésbica”; daí surgirem palavras como *homoafetivo*, *homoerótico*, *homofobia* etc., contemporaneamente analisadas como sendo compostas pela raiz  $\sqrt{homo}$ .

Por fim, no domínio da reanálise, há um último caso interessante, que se dá a partir das *siglas*. Discutir uma caracterização detalhada dos processos de formação de siglas iria muito além dos objetivos deste artigo; em particular, porque a siglagem é um processo de formação no domínio da língua escrita, que se baseia em letras e não em morfemas. Seja como for, de forma sucinta, a siglagem pode ser descrita da seguinte maneira: a partir da concatenação das letras iniciais ou de pares/grupos das letras iniciais de uma dada expressão escrita, forma-se uma nova unidade. Essa unidade não é uma nova palavra (com as propriedades explicitadas anteriormente), mas sim uma nova *raiz*.

Muitas das siglas comuns aos brasileiros são provenientes do inglês, mesmo que não sejam mais percebidas como empréstimo, tais como COVID (*Corona Virus Disease*), AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*), VIP (*Very Important Person*), RADAR (*Radio Detection and Ranging*), LASER (*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*), DJ (*Disc Jockey*) etc. Além disso, um argumento para considerar siglas como (novas) raízes é a independência de sentido que pode haver entre a expressão base e a sigla derivada, como em *teste de DNA*, que, no senso comum, não significa “teste de ácido desoxirribonucleico”, mas “teste de paternidade”; *resolver um BO* não significa “resolver um boletim de ocorrência”, mas “resolver um problema”; *dar IBOPE* não significa “dar um Instituto Brasileiro de

Opinião Pública e Estatística”, mas “dar audiência”; *ser CLT* não significa “ser Consolidação das Leis do Trabalho”, mas sim “ser um trabalhador formal, com carteira assinada” etc.

Além disso, muitas siglas comuns do dia a dia dos brasileiros têm um significado “atômico” e são independentes, na percepção atual de muitos falantes, da “soma” dos significados atribuídos a cada letra tomada isoladamente. É perfeitamente possível saber o que CLT, FGTS ou INSS significam sem saber o que as letras significam individualmente. Além disso, as siglas, sendo raízes, podem embasar novos padrões de formação de palavras e, assim, ocorrer de forma produtiva com sufixos, como em TV → *tevezinha / tevezona*, PT → *petista*, PJ → *pejotização*, AIDS → *aidético*, COVID → *covidário*, USP → *uspiano*, e com prefixos em FHC → *pro-FHC*, ENEM → *pré-ENEM*, BBB → *ex-BBB*, PL → *anti-PL*, AVC → *mini-AVC* etc.

### ***Encapsulamento: abracadabra***

Além dos processos de reanálise, em que há a reinterpretação de uma dada unidade linguística, há um processo que vou, genericamente, chamar de “encapsulamento”, no qual a emergência de novas raízes se dá a partir de formas *não linguísticas*. Esse tipo de processo é muito menos estudado — e, portanto, muito menos compreendido —, e há diversos fatores não linguísticos que podem regular a emergência desses itens, como questões de percepção e articulação de sons e mecanismos mentais de atribuição de significado abstrato — um conceito — a esses itens. Para os presentes propósitos, basta mostrar que esses exemplos existem.

O caso mais evidente de processo em que sons externos se “transformam” em unidades linguísticas é o das *onomatopeias*. A onomatopeia consiste na tentativa de reprodução aproximada dos sons do mundo, sobretudo provenientes de animais, como *miar/miado* (de “miau”, o som emitido pelos gatos), *piar/piado* (de “piu-piu”, o som emitido pelos pássaros) etc., mas também *tilintar* (para sinos, moedas etc.), entre outros.

De maneira mais técnica, dizemos que as onomatopeias consistem em processos *motivados* de formação de palavras, pois existe (pelo menos, inicialmente) uma relação direta entre a constituência sonora de uma dada unidade e o significado que ela carrega; isto é, “piu-piu” é o termo usado para descrever esse mesmo som, que é emitido pelos pássaros. Então, uma vez que tal termo passa a constituir uma unidade na língua (isto é, uma raiz), ele passa a embasar a formação de palavras derivadas, como o verbo *piar*, o substantivo *piado*, expressões como *não quero ouvir mais nem um pio* e assim por diante.

O termo “encapsulamento”, portanto, se refere ao resultado final de um processo que tem duas “etapas”. A primeira tem a ver com a discriminação dos “sons externos” seguida de sua acomodação no repertório de sons da língua (isto é, os fonemas). Alguns estudos já mostraram que aquilo que é ouvido (ou, pelo menos, a unidade sonora “percebida”) depende da língua do falante. Um exemplo conhecido é o das onomatopeias que tentam reproduzir o latido dos cães, a saber, *au-au* em português, mas *wuff-wuff* em alemão, *wang-wang* em chinês, *ruff-ruff* em inglês, *gav-gav* em russo, entre outras, que são muito diferentes entre si.

Na mesma toada das onomatopeias, há o que alguns linguistas chamam de “palavras imitativas”, como *ruído*, *chiado*, *líquido*, *engolir* etc., cuja constituição sonora “imita”, do ponto de vista acústico (nos três primeiros exemplos) e articulatório (no último), os elementos

a que se referem no mundo. A segunda etapa do encapsulamento tem a ver com a atribuição de um “conceito” à unidade recém-“discriminada”, isto é, um significado abstrato. Nesse sentido, o encapsulamento é o processo de pareamento de uma dada forma a um dado significado, o qual vai ser, então, armazenado na mente do falante e, portanto, ficará disponível para a formação de palavras e para a ocorrência em frases etc.

Outra instância de “encapsulamento” pode ser observada naquilo que eu vou chamar de “catarse linguística”, que consiste na produção de expressões linguísticas ou “vocalizações” para exprimir emoções de modo inconsciente ou como forma de resposta a uma ativação sensorial direta. Em outras palavras, quando nos deparamos com uma situação inesperada que nos causa imediatamente algum tipo de emoção (uma surpresa ou um susto, por exemplo), às vezes — sem pensar — acabamos proferindo enunciados como uma resposta automática a esse estímulo; normalmente, essas expressões são interjeições (*Meu Deus! Minha Nossa Senhora!*) ou palavrões (*Que merda! Que porra é essa!?*).

Vale notar que a produção desses enunciados é desencadeada por algum tipo de emoção e não diz respeito a uma ação consciente ou planejada. Todavia, como exemplificado, muitos desses enunciados catárticos são compostos de itens ou expressões linguísticas já existentes. Meu interesse está nos “enunciados catárticos” compostos pelo que alguns linguistas classificariam como “vocalizações paralinguísticas”, isto é, enunciados não compostos por “palavras” existentes, mas que veiculam significado. Isso ocorre, por exemplo, em situações de dor física, quando proferimos *ai* ou *ui*, mas também situações de alegria, como *oba* — esses itens são conhecidos como um tipo de interjeição.

A ideia aqui, portanto, é a de que essas “vocalizações” podem não ser palavras, embora possam vir a ser, por meio do processo de encapsulamento, como descrito para as onomatopeias. Assim, é possível que esses itens catárticos, inicialmente “paralinguísticos”, sejam encapsulados e se tornem unidades linguísticas — raízes — disponíveis. Isso explicaria a possibilidade de novas palavras ou expressões serem formadas de interjeições, como *isso aqui não é um oba-oba, chega de ai-ai-ai, menos eita e mais ação* etc., bem como palavras como *mimimi* (e a partir dela, *mimizento*) ou *nhe-nhe-nhem*, entre outros, que “encapsulam” reações “vocais” de desdém e, assim, viram novos itens linguísticos.

### **Conclusão: o *Big Bang* continua expandindo o universo... vocabular**

Este trabalho se deteve nas estratégias de expansão vocabular e, de modo particular, nos processos que aumentam o número de primitivos linguísticos, que estarão na base dos processos de formação de palavras. Em síntese, este artigo mostrou que novas raízes podem surgir tanto de unidades linguísticas quanto de unidades não linguísticas. Seja como for, é fato que ainda sabemos pouco a respeito de como esses mecanismos de fato operam e como são “ativados”. A única certeza que temos é que estudar o vocabulário de uma língua é uma tarefa muito complexa, mas também muito divertida.

## Saiba mais

O artigo **O que é uma palavra?**, da autoria de Thiago Nascimento Melo, publicado em 2024, na revista *Nós da Linguística*.

O capítulo **O que é um estrangeirismo?**, da autoria de Sírio Possenti, publicado em 2022 no livro *O que sabemos sobre a linguagem: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana*.

O artigo **Putz! Por que as interjeições são diferentes?: Problemas formais na Morfologia e na Fonologia**, da autoria de Maurício Resende e Adelaide Silva, publicado em 2022, na revista *Cadernos do IL*.